



O ARBÍTRIO COMO CULTURA¹

THE ARBITRARY AS CULTURE

EL ARBITRIO COMO CULTURA

Eliane Ganey²

Análises clássicas da formação social brasileira nos campos da história, da sociologia e da antropologia – em especial aquelas inspiradas nos aportes da teoria social de Marx – coincidem na constatação de que o arbítrio, enquanto prática cultural configurada como abuso do poder, passou a impregnar as relações sociais em terra pátria desde os primórdios da colonização portuguesa.

Expedientes tais como a invasão, o aniquilamento (físico e simbólico) do *outro*, o roubo, a imposição unilateral de arranjos organizativos e normativos, a impunidade absoluta conferida aos detentores do poder, a privatização do público ou a manipulação da informação atravessaram e presidiram a construção coletiva do “ser brasileiro” e das suas representações em cada região e contexto histórico. Senão de modo absoluto, pelo menos hegemônico, de sorte que instituições em todos os campos de atividade encontram-se mais ou menos permeadas por um autoritarismo ancestral e difuso.

Drástica confirmação destas constatações nos é dada pelo recente livro de Daniela Arbex, “Holocausto Brasileiro/Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil” (2013). Nele encontramos o resultado de extensa pesquisa empírica, que abarcou aproximadamente cem entrevistas colhidas pela autora no município de Barbacena (MG), onde está ainda sediado o referido manicômio cujo nome é – irônica, mas precisamente – “Colônia”.

Observando os fundamentos da produção jornalística rigorosa, comprometida com a construção do conhecimento e com clara perspectiva social, a autora resgata a humanidade das vítimas deste genocídio, tão silenciado quanto revelador de semelhanças (ideológicas, políticas e técnicas) entre o que lá se praticou desde o início do século XX e, por exemplo (mas não por acaso), os métodos da ditadura militar inaugurada em 1º de abril de 1964.

¹ Resenha da obra: ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

² Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP, Brasil, E-mail: eliane.ganey@cruzeirosul.edu.br

Prefaciado por Elaine Brum, o texto foi organizado em quatorze capítulos impregnados com a força narrativa de um *thriller* cuja leitura nos é impossível interromper, tanto mais pela abundância de registros fotográficos e informações fidedignas devidamente validadas. Embora não se apresente como um texto propriamente acadêmico, consideramos que oferece uma contribuição interdisciplinar instigante: uma interface metodológica entre história e comunicação social que cabe pontuar. O recurso à história oral e a ampliação do recorte histórico entre os capítulos X a XII do livro, circunscrevendo a(s) história(s) do “Colônia” no panorama maior da história do jornalismo e da luta antimanicomial no Brasil (entrelaçada esta última aos esforços pela redemocratização do país), conferem densidade e fundamento ao estilo mais coloquial deste livro-reportagem. Lembramos de Le Goff (1984) quando este reconhece que toda história tem uma “retórica indispensável”, visto tratar-se da “construção” de um saber, mas “cujas normas de verdade e condições profissionais de elaboração e exercício, permitem que se chame científico” (LE GOFF, 1984, pp. 170-173).

As vozes de ex-pacientes, ex-funcionários, familiares, psiquiatras e colegas de profissão que estiveram em algum momento vinculados ao manicômio, captadas e trabalhadas pela autora, revelam a cada Capítulo o caráter arcaico e genérico do árbitro como dado cultural, como também a desumanização consubstanciada em conjunto de técnicas instituídas. Alguns destes aspectos são sintetizados já no Prefácio:

Cerca de 70% [dos pacientes] não tinham diagnóstico de doença mental (...) às vezes, comiam ratos, bebiam esgoto ou urina, dormiam sobre capim, eram espancados e violados (...). Morriam de frio, de fome, de doença. Morriam também de choque. (...) Pelo menos trinta bebês foram roubados de suas mães. As pacientes conseguiam proteger sua gravidez passando fezes sobre a barriga para não serem tocadas. Mas, logo depois do parto, os bebês eram tirados de seus braços e doados. (BRUM, E. In: ARBEX, D., 2013, p. 14).

Impossível não lembrar os presos pelo regime inaugurado em 1964 sem qualquer acusação ou processo, submetidos a idênticas condições de destruição, restando evidente que os ditadores dos anos 1960 dispunham de abundante *know-how* de estratagemas de horror. E aqui salientamos o caráter da reflexão que o trabalho de Arbex nos propicia, neste momento em que se completam 50 anos do golpe 64: pensar o lugar deste árbitro militarizado na consolidação de uma cultura de igual teor.

Poder-se-ia argumentar, até pelo que expusemos até aqui, que nada houve de novo ou de singular a partir de 1964, em comparação com tantos outros desdobramentos e rebatimentos autoritários locais (e mesmo globais) necessariamente decorrentes das dinâmicas da ininterrupta expansão

do capitalismo no mundo. Contudo, entendemos que a longa permanência e a larga abrangência do arbítrio deste período – 25 anos em todo território nacional – parecem ter aprofundado sobremaneira o grau de banalização da desumanização inerente a todas as formas de despotismo. Em especial no âmbito de uma sociedade com tão escassas referências e vivências democráticas, tão profundamente desigual e conflagrada por interesses tão incompatíveis quanto díspares em suas possibilidades de expressão e legitimação.³

Nesse sentido, em “Holocausto brasileiro” somos alertados de que “nenhuma violação dos direitos humanos mais básicos se sustenta por tanto tempo sem a nossa omissão” (BRUM, 2013, p. 15). O fato de que em onze anos recentes (1969 a 1980) “1.853 corpos de pacientes [do manicômio] foram vendidos para dezessete faculdades de medicina do país, sem que ninguém questionasse” (idem, p. 14) atesta a extensão dessa omissão; como também a informação de que às vezes “os eletrochoques eram tantos e tão fortes, que a sobrecarga derrubava a rede do município” (idem, p. 14). Podemos então ponderar que, assim como sucessivas gerações de barbaceenses em alguma medida naturalizaram e adaptaram ao seu cotidiano a desumanização empreendida dentro do “Colônia”, também as gerações de brasileiros diretamente afetadas pelo golpe de 64 foram longamente expostas a esquemas de percepção, julgamento e ação a um só tempo desumanizados e desumanizantes.

Estamos pensando no conceito bourdieusiano de *habitus*, enquanto “conjunto de esquemas de percepção, julgamento e ação que, constituídos no (e constitutivos do) processo de dominação, a reproduzem” (GANEV, 2009, p. 92). Tal conjunto de “disposições-para-a-ação que organizam o pensar e o agir dos indivíduos pertencentes a cada campo de atividade humana”, é formado por “valores, preferências, gostos, crenças, éticas, códigos de conduta etc, relativamente permanentes e que são apreendidos no processo de socialização” (idem, p.92). Trata-se de “categorias impensadas que aprisionam o pensar nas lógicas da dominação, ‘naturalizando’ e dando ares de ‘inevitabilidade’ a realidades que, entretanto, foram historicamente produzidas pela ação humana” (idem, p. 92). O Estado, como uma das principais instâncias de produção dos arbitrários culturais que atravessam os processos de socialização, ocupa um lugar não menos que central na formação dos *habitus* em cada território e contexto. Desse modo, o Estado brasileiro, no período ditatorial recente, deu o (mau) exemplo e a senha para a replicação do abuso do poder: entre 1964 e 1985, a colônia encampou e

³ Cabe acrescentar que, precisamente a partir do regime de 1964, o arbítrio foi estendido ao campo da comunicação social em escala inédita, configurando uma ditadura da (des)informação que não só sobreviveu incólume às lutas pela redemocratização do país, como tornou-se mais e mais despótica até os dias atuais. Embora não possamos nos alongar aqui sobre este aspecto, consideramos importante registrá-lo. Até porque o livro aqui apreciado se inscreve na perspectiva oposta, da democratização da informação e do conhecimento.

expandiu o “Colônia”.

Assim, a pergunta que não quer calar ao final dessa reflexão inspirada pelo trabalho de Daniela Arbex, é até que ponto a negligência também histórica no enfrentamento efetivo dos traumas e terrores oriundos do nosso arbítrio ancestral e multifacetado, estaria co-engendrando, neste século XXI, um recrudescimento do despotismo como estratégia de “solução” de micro-conflitos do cotidiano? Não mais apenas nos porões e nas madrugadas, a mando das minorias dominantes do momento e com o rechaço de forças e movimentos sociais organizados e progressistas; mas *também* nas ruas, à luz do dia, por mãos mais *ou menos* impulsivas encorpando as sempiternas forças da repressão e com significativo acolhimento em setores de uma classe média crescentemente (e novamente) reacionária?

O fio de esperança das respostas possíveis reside no fato, talvez menor, mas não menos real e certamente representativo de outra perspectiva, do próprio lançamento de *Holocausto brasileiro*. Sua apreensão não-neutra das histórias pessoais e, através destas, da história dos manicômios brasileiros, evoca verdades históricas de escopo ainda maior cujas nocividades não podem mais ser ignoradas. Por outro lado, seu arguto humanismo nos convoca a resgatar proposições societárias de outra natureza, cuja apreciação e materialização precisam ser levadas em frente antes que a barbárie, filha legítima do arbítrio, se torne um caminho sem volta.

Referências:

ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

GANEV, E. Um estudo sobre políticas sociais a partir de conceitos de Pierre Bourdieu. In: KOGA, D., GANEV, E. e FÁVERO, E. (orgs.) **Cidades e Questões Sociais**. São Paulo: Terracota, 2009.

LE GOFF, J.. História-Memória. In: **Enciclopédia Einaldi**. Vol. I. Lisboa: Casa da Moeda, 1984.

Resenha recebida em 28-02-2014, revisada em 19-05-2014 e aceita para publicação em 11-06-2014.